

**ECONOMIA ALGODOEIRA E ELITES POLÍTICAS NA ZONA DA MATA
NORTE DE PERNAMBUCO – 1880/1920**

Cláudio Roberto de Souza*

Nossa pesquisa examina a economia algodoeira na Zona da Mata Norte de Pernambuco, entre os municípios de Goiana, Itambé e Timbaúba entre 1860 e 1890, analisando o desenvolvimento e a transição dessa cultura para a hegemonia da cana de açúcar e a trajetória política das elites vinculadas a estas atividades. Consideramos ainda o dinamismo regional impulsionado pelo algodão, pela ferrovia e a rede comercial em torno dessas atividades, que constituíram um forte mercado interno e consolidaram o poder de uma elite regional que viria a ter muita influência no período republicano. O estudo do algodão na região contribui ainda para a compreensão das diferenças políticas, econômicas e sociais da zona da mata norte e sul de Pernambuco e a compreensão da dinâmica política do estado na primeira década republicana.

Palavras-chave: Elites políticas – Economia algodoeira – História de Pernambuco

**FONTES E PROBLEMAS SOBRE O ALGODÃO, O AÇÚCAR E A PEQUENA
PROPRIEDADE NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO**

A historiografia e as análises econômicas sobre a Zona da Mata pernambucana são fortemente marcadas pelo estudo da economia canavieira, sua sociedade e a escravidão. Tal predomínio está associado à brutal expansão dos canaviais durante o século XX, principalmente as décadas de 1940 a 1960 sobre as terras que pertenciam a velhos senhores de engenhos, que arrendavam suas terras e dirigiam-se para as cidades e sobre aquelas dos moradores dos engenhos. Velhos proprietários tenham ou não arrendadas as suas terras, tornaram-se meros “fornecedores de cana”, expressão que designa o proprietário rural que apenas planta para vender para a usina, termo que guarda em si

* Mestrando em História na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e bolsista do CNPq.

**I SEMINÁRIO NACIONAL DE FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES DE 01 A 04 DE
DEZEMBRO DE 2009**

ISSN: 2176-4514

certa distinção social, porque se refere a alguém que participa de uma fatia maior da renda da região, mas que não detém mais sequer a sombra do poder que os velhos senhores de engenho do passado possuíram. Não é por acaso que os netos literatos destes velhos senhores viam tão negativamente a expansão do processo usineiro, a exemplo de José Lins do Rego, Gilberto Freyre e João Cabral de Melo Neto. Esses engenhos arrendados ou comprados ou as terras outrora ocupadas por pequenas lavouras e também adquiridas pelas usinas durante o processo de expansão que se seguiu ao pós-guerra foi o cenário das lutas sociais mais intensas do país na década de 1950, tendo como sujeitos aqueles moradores que estavam a ser expulsos das terras que ocupavam há várias gerações. A partir da organização dos foreiros, dos pequenos proprietários e dos trabalhadores rurais em movimentos sociais e sindicais, todos com uma pujança impressionante, o Nordeste foi protagonista de uma intensa luta pela ampliação dos direitos civis, políticos e sociais na década de 1950.

Este período foi também o de surgimento dos grandes ensaios de interpretação do país e do Nordeste. Entre as décadas de 1930 a 1950, a Zona da Mata era tanto na literatura, quanto nas análises de economia, história ou sociologia a região da cultura canavieira por excelência. Tal pressuposto teórico provoca muita dificuldade para colocar outros problemas e questões sobre a história da região, principalmente o papel da produção de subsistência, o mercado de gêneros de consumo, inclusive a pecuária de corte, tanto no interior quanto nas relações destes setores com a capital, ou mesmo análises mais demoradas sobre centros urbanos importantes no século XIX, mas localizados no interior, tais como Nazaré da Mata, Goiana ou Limoeiro.

O ciclo do açúcar de José Lins do Rego é, assim, possivelmente o principal marco literário que fixou o imaginário da região, principalmente porque ambientado no cenário de engenhos e personagens comuns ao entorno de Goiana. Por seus livros transitam senhores de engenhos, moradores, coiteiros, escravos, moradores, um universo de pequenos artífices livres e dependentes dos proprietários de engenhos, uma galeria impressionante que gira sempre em torno do eito do engenho e de sua casa-grande. Mas

**I SEMINÁRIO NACIONAL DE FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES DE 01 A 04 DE
DEZEMBRO DE 2009**

ISSN: 2176-4514

precisamos estar atentos para perceber sua obra “considerando-a como construção, isto é, a expressão de uma visão de classe defendendo os seus interesses, em vez de – como é geralmente pregado – formulação autêntica absoluta do passado regional, válida para todos” (DABAT, 2007: 137). A obra freyriana é sob o aspecto científico a que mais contribuiu para a cristalização da imagem da mata pernambucana como exclusivamente canavieira. Casa Grande & Senzala é um clássico nesse sentido, mas, sobretudo em “Nordeste” (1937) a Zona da Mata do Nordeste é apresentada pela presença da cana de açúcar característica de toda esta área. Nas palavras de Freyre

A palavra “nordeste” é hoje uma palavra desfigurada pela expressão “obras do Nordeste” que quer dizer: “obras contra as secas”. E quase não sugere senão as secas. (...) Mas esse Nordeste de figuras de homens e de bichos se alongando quase em figuras de El Greco é apenas um lado do Nordeste. (...) Mais velho que ele é o de árvores gordas, de sombras profundas, de bois pachorrentos, de gente vagarosa e às vezes arredondada quase em sanchos-panças pelo mel de engenho, pelo peixe cozido com pirão, pela aguardente, pela garapa da cana, pelos vermes. (...) Um Nordeste onde nunca deixa de haver uma mancha d’água: um avanço de mar, um rio, um riacho, o esverdeado de uma lagoa. (...) O Nordeste do massapé, da argila, do húmus gorduroso é o que pode haver de mais diferente do outro, de terra dura, de areia seca. (2004: 45-46)

Em sua preocupação de apresentar uma região que não era apenas o semi-árido e a seca, a paixão de Freyre contribuiu para consolidar a idéia de que a Zona da Mata sempre foi canavieira, em que pese ele não utilizar estes termos. Em uma vertente de análise mais crítica, pensadores como Josué de Castro ou Manoel Correia de Andrade, preocupados com a agudeza das contradições sociais e procurando identificar as causas mais profundas da pobreza e da fome que assolavam a região e em particular, a Zona da Mata, dedicaram-se, por óbvio, a analisar o cenário que eles encontraram, o de uma área que era, efetivamente, na década de 1950, uma região de ocupação de vastos canaviais, de uma cultura extensiva, uma paisagem monótona e monocromática.

Da mesma forma a cotonicultura é sempre estudada a partir de sua presença no sertão. A tese de que os sertões são a região por excelência da pecuária e da cultura algodoeira, que exigiam investimentos bem mais modestos que aqueles necessários ao estabelecimento de um engenho remonta aos grandes modelos explicativos do Brasil,

**I SEMINÁRIO NACIONAL DE FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES DE 01 A 04 DE
DEZEMBRO DE 2009**

ISSN: 2176-4514

que buscam encontrar o “sentido da colonização”, estando presente em maior ou menor grau em Caio Prado, Celso Furtado, Simonsen, autores que construíram grandes sínteses da história econômica do Brasil.

Destarte, as principais fontes para o estudo do algodão e da pequena produção de uma forma geral, ao lado da cana de açúcar, dos engenhos e da pecuária encontram-se no conjunto de atas e relatórios produzidos pelas prefeituras e câmaras de vereadores do interior. As dificuldades para o seu levantamento apresentam-se em duas circunstâncias. Primeiro, há um imenso predomínio de relatos, de cifras e de análises sobre a situação da cana de açúcar por toda a documentação. Esse produto ocupou inequivocamente a posição de principal produto de exportação da província durante a maior parte do século XIX, à exceção os momentos em que a conjuntura internacional favoreceu altas expressivas na exportação de algodão. Além disso, foi e é ainda a cultura identificada com a origem da riqueza dos grandes proprietários locais, o produto que estava quase na condição de símbolo da aristocracia pernambucana, mesmo nos momentos em que sofreu quedas no comércio externo. Desde os primeiros registros coloniais “a cana tem atraído quase com exclusividade, as atenções de quantos estudaram a região nordestina” (BERNARDES: 1979). Palacios sugere que a sensível redução de referências a uma pequena produção familiar de alimentos e algodão na documentação oficial da capitania esteja associada ao avanço da grande propriedade sobre estas atividades, à medida que aumentava a tendência de compra do algodão pela Inglaterra no início do século XIX. Segundo o autor,

parece natural que o centro das atenções dos registros governamentais voltasse a ser a produção das grandes unidades escravistas, e, ainda que não haja dados precisos que o ilustrem, é provável que estas tenham assumido pouco a pouco parcelas crescentes dos plantios de algodão, um movimento central no processo de expropriação e remarginalização dos agricultores pobres livres. (2004: 169-170)

Aqui encontramos ainda outro problema, pois a discussão econômica não é o enfoque suficiente para desvelar os intrincados processos sociais do interior da província. A discussão do papel da pequena produção encontra-se aqui com um problema muito mais

**I SEMINÁRIO NACIONAL DE FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES DE 01 A 04 DE
DEZEMBRO DE 2009**

ISSN: 2176-4514

grave que é a sua consecução ocorrer pelas mãos de posseiros que ocupam efetivamente a terra e a fazem produzir. A historiografia local carece ainda de estudos mais profundos que nos permitam mensurar a presença exata destes pequenos produtores ou de cultivos agrícolas diferentes da cana de açúcar porque o interesse da documentação produzida sobre a região por presidentes de província, secretários, estudiosos sobre a região era de mostrar a importância da cana para a região no sentido de advogar mais atenção para o produto.

No caso dos pequenos e médios proprietários, as análises tomam as doações de sesmarias como legitimadoras da posse da terra pelas grandes famílias que estavam ligadas ao processo econômico e político da capitania. Não podemos perder de vista que essa historiografia também foi legitimadora dos processos de controle e hegemonia política que estes grupos exerceram por séculos sobre a política local. Efetivamente, ao descrever a região como uma grande gleba de terra sendo doada e explorada por gerações seguidas a família de fulano de tal, pretende-se implicitamente negar a legitimidade de todos quantos chegaram depois e desenvolveram qualquer tipo de ocupação da terra e cultivo da mesma. De acordo com a professora Márcia Motta,

É preciso reconhecer que a construção de determinada visão sobre o passado rural implica não somente lembrar como também esquecer. Em um país como o Brasil, que ostenta o título de reter uma das maiores concentrações fundiárias do mundo, talvez não tenha sido gratuito o projeto de fazer esquecer os embates sobre o direito à terra e concepções de justiça que questionaram e questionam – individualmente ou em ações coletivas – o poder presumivelmente incontestado dos grandes proprietários. (MOTTA; ZARTH, 2008: 18).

A construção de uma história grandiosa e da ocupação da terra do interior da capitania e futura província, como uma epopéia de grandes desbravadores, descendentes todos dos beneficiários originais das cartas de doação despreza e ignora efetivamente que estes senhores possuíam poucas condições reais de efetivar o povoamento e a exploração de todas as terras assim recebidas. Parte significativa dessa história deu-se exatamente na preocupação de reconstituir as “nobilarquias” e “genealogias” dos “quase nobres” primeiros senhores da região. A ocupação real, entretanto, deu-se pela expansão lenta e constante de pequenos lavradores, pobres, livres, brancos, mestiços, que se estabelecem

**I SEMINÁRIO NACIONAL DE FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES DE 01 A 04 DE
DEZEMBRO DE 2009**

ISSN: 2176-4514

em regiões distantes dos eixos econômicos da capitania e desenvolvem atividades que por sua vez, também passam ao largo do registro histórico oficial.

No século XVIII, a mata norte já adquirira a fisionomia própria que lhe dava uma relativa diversificação econômica, baseada na pesca, na farinha, no fumo, na cal, nos cocos, utilizados na manufatura de cordagem, no sal, indispensável à salga da carne e ao tratamento dos couros do sertão, na lenha de mangue, cujo tanino constituía matéria prima dos curtumes recifenses. Em toda a costa entre Olinda e a foz do Goiana, habitava uma população livre cuja densidade surpreendia os viajantes, especialmente em Itamaracá, parte mais populosa da província, com exceção do Recife e cercanias. (MELO, 2004: 61)

O problema da documentação sobre esta mais que possível ocupação da terra pelos pequenos encontra-se em vários níveis. Não havia um registro de terras no período colonial. O primeiro registro de terras a que podemos nos referenciar é o Registro de Terras Públicas realizado na década de 1850, na esteira da Lei de Terras. O RTP de Itambé, que abrangia as regiões dos atuais municípios de Camutanga, Ferreiros, Timbaúba, Macaparana e São Vicente Férrer, indica o tamanho médio de 200 braças para as propriedades que estão arroladas. Demandas judiciais de posseiros contra grandes proprietários, tais como examinadas na coleção iniciada pelos professores Motta e Zarth, podem ainda vir à tona à medida que os processos arquivados no Memorial de Justiça de Pernambuco passem a ser escrutinados. Da mesma forma, uma análise dos inventários registrados na comarca de Goiana, que está sendo realizado por Emanuel Lopes de Souza em uma pesquisa em andamento no mestrado em história da Universidade Federal de Pernambuco também indica uma forte presença de pequenos proprietários na mesma região a que nos referimos.

O ALGODÃO ENTRE 1880 E 1920

Um aspecto peculiar a todo o período é a transição que ocorreu entre a hegemonia inicial do algodão e o predomínio da cana de açúcar na economia regional, que vai ocorrer a partir da década de 1910. Timbaúba destacava-se no período pelo dinamismo que a economia do algodão imprimiu a cidade, tanto no setor agrícola quanto na questão industrial, com a criação de uma tecelagem voltada para o mercado regional e externo.

**I SEMINÁRIO NACIONAL DE FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES DE 01 A 04 DE
DEZEMBRO DE 2009**

ISSN: 2176-4514

As primeiras notícias sobre a ocupação da bacia do Capibaribe-Mirim encontram-se nesse contexto de identificação de um ritmo menor de ocupação da terra pela cana no extremo norte de Pernambuco. No relato anônimo sobre situação da província em 1817, registrou-se a descoberta pelas possibilidades que a cultura algodoeira poderia trazer, afirmando que

Desta forma continuavam os rotineiros pernambucanos, sem jamais se lembrarem de que fosse possível, serem mais sábios, nem mais ricos, do que os seus décimos avós! Senão, quando uma nova planta, nova pelo apreço, e estima, que começou a merecer, veio acordá-los da sua longa letargia. Foi esta planta a árvore que produz o algodão; árvore admirável a cultura da qual se entregaram avidamente os pernambucanos, logo que as primeiras experiências lhes mostrarão o pouco trabalho, as módicas despesas, e os extraordinários lucros que deste ramo podiam e deviam esperar. Abandonaram-se portanto os engenhos e correu-se para o algodão, e nele fizeram tais progressos que causam espanto. (REVOLUÇÕES, 1977: 60)

O Dicionário Chorographico, de Sebastião de Castro, dá conta da fundação dos povoados de Mocós e Cruangi, na primeira metade do XIX, às margens do Capibaribe-Mirim, motivada pelo cultivo do algodão e o desenvolvimento de um artesanato de redes. A história local esteve desde os seus primeiros registros, portanto, associada ao desenvolvimento do algodão na área. Um registro importante dessa atividade foi feita por Koster, descrevendo uma viagem sua de Olinda para a vila Limoeiro, onde atravessou a zona algodoeira, passando por Pindoba e Água Azul, rios até hoje conhecidos por esses mesmos nomes nas proximidades de Cruangi e por Bom Jardim. O inglês passou por Paulistas (sic), pelo engenho Utinga de Baixo (entre as atuais Igarassu e Araçoiaba), por Santa Cruz, “região onde se cultiva o algodão”, por Pindoba, “plantação algodoeira de grande extensão” e Água Azul. Sua passagem por Bom Jardim fez-lhe registrar o encontro com o capitão Anselmo, que “reside numa plantação de algodão que lhe pertence e que é cultivada por quarenta negros” e seguiu até a vila de Limoeiro. (KOSTER, 2002: 343-353).

Há duas versões similares em Sebastião Galvão e em Pereira da Costa sobre a chegada de um português chamado Guimarães na região de Timbaúba em 1823, como criador de gado e posteriormente plantador de algodão. Imigrante português durante o delicado período entre 1817 e 1824, estabeleceu-se na fronteira da província com a Paraíba, a

**I SEMINÁRIO NACIONAL DE FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES DE 01 A 04 DE
DEZEMBRO DE 2009**

ISSN: 2176-4514

cerca de cem quilômetros da capital, distante o suficiente das agitações antilusitanas freqüentes naqueles dias e com transportes precários, mas próximo o bastante de Goiana e Itambé, centros comerciais importantes. Possivelmente também tenha vindo com poucos recursos ou poucas relações políticas, pois pelo contrário poderia ter se fixado no Recife, mesmo em dias de agitação. Ter se dedicado a criação de gado e depois a uma lavoura tida por muitos observadores como mais acessível aos que tinham poucos recursos e em uma área distante, pode ser um indicativo disto. Mas a mata seca possuía seus próprios atrativos naquele período. Segundo Evaldo Cabral de Melo,

“Malgrado seu solo inferior, que justificava a coexistência da pequena lavoura com a grande, de exportação, a mata seca contava com população mais densa que a mata sul. (...) Quanto à existência de uma classe de pequenos agricultores livres, ela já se fizera sentir outrora nas fileiras do exército restaurador e sobretudo ao tempo da Guerra dos Mascates, quando servira de massa de manobra da nobreza. Ao longo do Setecentos, ela ganhou expressão, particularmente nas vizinhanças do Recife, com vistas ao abastecimento da praça; e em toda a mata norte, onde cultivava mandioca, fumo, algodão, o que lhe permitia ter acesso esporadicamente ao mercado internacional, sobretudo a partir da terceira transformação da economia do entreposto recifense: o surto algodoeiro deflagrado pela revolução industrial e pela guerra de independência dos Estados Unidos.” (MELO, 2001: 70)

Essa vitalidade das vilas da Mata Norte foi percebida por importantes autores, que vem percebendo nas suas diferenças com a Mata Sul da província, algo fundamental para o exame das rebeliões ocorridas na primeira metade do século XIX, pois muitos destes proprietários cerraram fileiras ao lado dos protestos contra o governo provincial. Maria de Lourdes Viana, Evaldo Cabral, Denis Bernardes, Socorro Ferraz são alguns dos estudiosos da formação do império brasileiro e do papel de Pernambuco neste contexto que identificam claramente uma forte base de apoio aos movimentos de 1817 a 1848 vindos dos “matutos” da Mata Norte, proprietários rurais de Nazaré da Mata, Tracunhaém e Goiana.

A segunda metade do XIX foi um momento em que a Zona da Mata assistiu ao desenvolvimento de culturas agrícolas diversas da cana, a exemplo do café, entre Macaparana e São Vicente Férrer, e o algodão em Timbaúba. No caso desta última os povoados de Cruangi e Mocós surgiram em torno de plantações de algodão e fabricas

**I SEMINÁRIO NACIONAL DE FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES DE 01 A 04 DE
DEZEMBRO DE 2009**

ISSN: 2176-4514

rústicas de fios em meados do século XIX. Foram os núcleos originais do que veio a se tornar a vila e a cidade de Timbaúba, emancipada do município de Itambé em 1879 e elevada a cidade em 1882. Aliás, a elite política local que promoveu a luta pela emancipação desenvolvia negócios com o algodão, tanto na cidade, quanto na capital do estado, com firmas de importação e importação de produtos manufaturados. A existência de pequenas propriedades, os produtores de algodão fortaleciam a feira semanal e deram um dinamismo a economia e a sociedade local que era desconhecido nas cidades de predomínio exclusivo da cana de açúcar, tipicamente a mata sul de Pernambuco. Era a família do coronel Antonio Vicente Pereira de Andrade, cujo neto, Jader de Andrade, seria uma personagem de vigor na liderança das reformas e no dinamismo cultural que a cidade viveu.

As alianças familiares entre Andrade, Pereira Lira, Queiroz e Borba constituíram uma base política importante entre Timbaúba e Goiana que permitiu a consolidação da liderança de Manuel Borba e sua eleição para o governo estadual em 1916. Em 1912, Manuel Borba foi eleito prefeito de Goiana e o irmão prefeito de Timbaúba, enquanto o irmão, Lauro Borba, era deputado federal. O líder da outra família, Jáder de Andrade, cunhado de Carlos Lyra, empresário e dono do Diário de Pernambuco a partir de 1912. Foi em torno do algodão e dessa família que se desenvolveu um dinamismo local desconhecido nas cidades tomadas pela cana de açúcar. O algodão desfrutava ainda do boom pelo qual havia passado por volta de 1860/1880, haja vista o abalo no mercado internacional provado pela Guerra de Secessão nos Estados Unidos e o alto nível de procura do produto por parte da Inglaterra. A produção local do algodão era ainda estimulada pela produção de panos grossos, destinados às vestimentas dos escravos, o chamado algodãozinho.

O boom do mercado externo ocorreu entre 1860/1870, durante a guerra de secessão dos Estados Unidos. Após a queda das exportações, os produtores passaram a abastecer a nascente indústria têxtil nacional. O fim do conflito e a queda dos preços no mercado externo não eliminaram as plantações, que se beneficiaram do início da atividade têxtil

no Brasil e em Pernambuco. Tal fato já foi analisado por Takeya em relação ao Rio Grande do Norte e apresenta-se igualmente importante para explicar a presença de algodoads na mata seca pernambucana até a década de 1920. Stanley Stein também registrou que “(...) a abundância de algodão a preços baixos na década de 70 criou uma situação favorável para as manufaturas têxteis do país.” (1979: 59). Daí a importância de buscarmos repór a intensa rede de relações comerciais e o dinamismo impulsionado pelo algodão e os têxteis, que atraiu ainda a expansão da rede ferroviária de Recife até Campina Grande/PB, que atravessou a Zona da Mata, interligando os municípios e a capital. Formou-se na região uma rede urbana de negociantes e empreendedores que desenvolveram negócios de importação/exportação nas praças do Recife e do interior, serviços advocatícios, comércio de secos e molhados e serviços modernos de lazer, como cinema e teatro. Em torno de todas essas atividades, ocorreu a formação e a consolidação do poder de uma elite regional que passou a governar o próprio estado a partir do período das “salvações” na década de 1910.

POLÍTICAS PÚBLICAS, ALGODÃO E CANA

Em junho de 1914, o jornal A Serra, de propriedade da firma Andrade & Queiroz, em Timbaúba, publicava em sua primeira página um edital de veemente protesto contra “a insistência funesta” do governo estadual em apoiar a cana de açúcar em detrimento da “necessária e fundamental” ajuda à cultura algodoeira. Tamanho incentivo ao açúcar deve ser entendido como sendo às usinas, como registra Vergolino:

O esforço dos capitalistas regionais se materializou graças ao aporte de recursos canalizados pelo governo estadual, que forneceu uma quantidade de recursos financeiros, inimagináveis para os padrões da época. (...) empréstimos da ordem de 8.148.000\$000, feitos pelo governo em 1895. Para que o leitor tenha uma idéia da ordem de grandeza dos recursos canalizados para o setor, bastaria comparar a arrecadação estadual que em 1894 alcançou um montante de 5.251.000\$000 com o volume de subsídios. Supondo que em 1895 tenha havido um incremento de 10% na receita, então se conclui que os empréstimos totalizaram uma vez e meia ao volume arrecadado no ano de 1895. (1993: 14).

A ampliação do cultivo da cana provocada pela expansão do processo usineiro pela região durante a década de 1910 foi crucial para realçar as dificuldades que o algodão

**I SEMINÁRIO NACIONAL DE FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES DE 01 A 04 DE
DEZEMBRO DE 2009**

ISSN: 2176-4514

enfrentou no período, a exemplo de pragas, como a lagarta rosa e dificuldades com sementes, uma forte seca em 1915, a concorrência externa de tecidos e a primariedade das máquinas utilizadas nos têxteis. O jornal A Serra foi largamente utilizado como porta voz dos interesses da cotonicultura e dos têxteis, não apenas na defesa e cobrança de ações do governo estadual para a promoção do setor, mas para difundir novidades e informações sobre o cultivo e possibilidades de melhorias, como nas recomendações para combater a lagarta rosa, em exemplar de 13 de maio de 1916:

Estamos na época em que se iniciam os grandes plantios de uma das maiores riquezas agrícolas do município, o algodão. Lavoura essencialmente delicada, o algodão requer sempre os maiores cuidados, o mais carinhoso tratamento por parte de seus cultivadores, isto para que seja o menos possível prejudicada pelos inúmeros parasitas que frequentemente o atacam. Entre nós, infelizmente ainda se considera um mito a menor iniciativa em prol de uma lavoura afetada pelas pragas, deixando-se em tais casos a cultura abandonada aos seus inimigos que em geral as devastam completamente, sem que a mão do homem lhes dê o providencial auxílio de um remédio eficaz.

Em paralelo, as vantagens oferecidas pelos administradores da jovem república aos usineiros passaram a ser na forma de financiamentos diretos e da renovação do parque fabril, provocando uma situação de abandono dos algodãois e a ampliação dos canaviais sobre essas áreas e as de pequenos proprietários, com a conseqüente concentração de terras e rendas. Uma discussão que também é reveladora da intensa dependência que todos os setores possuíam em relação ao Estado e das distâncias entre o propalado liberalismo que inspirou o ideário republicano e a constituição de 1891 e a demandas e costumes políticos e econômicos concretos.

BIBLIOGRAFIA

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais.** Recife, Editora Universitária/UFPE, 2007.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil.** Recife, Ed. Massangana, 2002.

**I SEMINÁRIO NACIONAL DE FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES DE 01 A 04 DE
DEZEMBRO DE 2009**

ISSN: 2176-4514

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história.** São Paulo, Editora UNESP; Brasília, DF, Ministério do Desenvolvimento Agrário/NEAD, 2008.

PALACIOS, Guilherme. **Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco – 1700/1817.** Brasília, Ed. UNB, 2004.

Revoluções do Brasil – Livro 2, Parte 6 – Idéia geral de Pernambuco em 1817. Recife, Revista do IAHGP, n. 29 e 30, reedição fac-similar, 1977.

STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850/1950.** Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1979.

TAKEYA, Denise Monteiro. **Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte - 1880/1915.** Fortaleza, BNB/ETENE, 1985.

VERGOLINO, José Raimundo de O. **A economia de Pernambuco no período 1850/1900: uma interpretação.** In Clio – Revista de Pesquisa História, v. 1, nº 14, Recife, Ed. UFPE, 1993.